

Circe Maria Fernandes Bittencourt. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 239 p. ISBN 978-85-7526-358-7.

Circe Maria Fernandes Bittencourt, prestigiada professora aposentada da Universidade de São Paulo, atualmente exercendo atividade docente no Programa de Pós-Graduação em Educação dessa mesma instituição e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, veio a tornar pública, em 2008, em forma de livro, sua tese de doutoramento desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. A obra, intitulada *Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)*, é prefaciada por Alain Chopin, um dos mais importantes pesquisadores franceses sobre o livro didático. Chopin chega a afirmar que este é “um dos raros trabalhos de síntese jamais realizados no mundo sobre a história do livro escolar e, com certeza, um dos mais completos e bem-sucedidos” (p. 10), e ainda: “o livro que o leitor tem em mãos é, simplesmente, o ato fundador da pesquisa sobre o manual escolar no Brasil” (p.12).

De fato, a tese da autora, defendida no ano de 1993, marcaria, indelevelmente, a historiografia sobre os manuais escolares brasileiros. Seria um divisor de águas em relação às pesquisas anteriores: aquelas realizadas, mormente, em fins de 1970 e em toda a extensão da década de 1980, que valorizavam, sobretudo, questões ideológicas, erros conceituais e preconceitos de toda ordem veiculados nos textos didáticos.

As pesquisas sobre os livros escolares realizadas nas décadas de 1970 e 1980,

via de regra, intencionavam denunciar ideologias nos livros didáticos, entendendo que estes tinham o intuito de mascarar o mundo real, sendo um veículo portador da ideologia burguesa: serviriam para reproduzi-la, transmitindo os interesses de classe burgueses como interesses universais. Tal corrente de pensamento trazia, muitas vezes de maneira explícita, a ideologia como uma elaboração realizada conscientemente pela classe detentora do poder no intuito de dissimular as contradições sociais existentes. Nessa perspectiva, podem-se citar a obra de Maria de Lurdes Chagas Deiró Nosella, *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*, publicada pela Moraes Editora, e a de Ana Lúcia Faria, *A ideologia no livro didático*, publicada pela Cortez Editora. Ambas as obras tiveram inúmeras edições.

É preciso, contudo, contextualizar tais produções, ponderando e remetendo-as ao período em que foram produzidas: o período ditatorial brasileiro, conhecido pela historiografia como um momento de autoritarismos e arbitrariedades de toda ordem, assim como de resistências de todo tipo a tal estado de coisas. O Governo Militar interferiu diretamente nas questões educacionais, extinguindo a função propedêutica do 2º grau e transformando-o em tecnicista, haja vista sua ênfase voltada para a habilitação profissional, tendo inclusive tal nível de ensino sido realizado em cooperação entre escolas e empresas privadas.

A profissionalização do ensino de 2º grau, oriunda da Lei nº 5692/71, gerou diversas críticas de vários setores da sociedade, pois tal conjuntura educacional reforçava uma educação classista, segregando e restringindo o acesso das populações mais carentes à universidade pública. Além disso, a formação de professores nesse período também foi alvo de diversas críticas. Instituiu-se a licenciatura curta, acentuando a dimensão econômica da educação e a proletarização docente, assim como a descaracterização dos saberes das Ciências Humanas, acentuada com a diluição dos conteúdos de História e Geografia no ensino de 1º grau. Nesse sentido, as desconfianças acerca das ideologias no ambiente educacional, de uma maneira geral, e em particular nos textos escolares desse período, constituem-se em críticas bastante compreensíveis.

A década de 1990, contudo, trouxe novas problemáticas aos pesquisadores do livro didático. As análises que focalizavam a escola e os manuais escolares como sendo veículos de ideologia e aparelhos ideológicos de Estado, como apregoou Althusser, um dos grandes influenciadores dessa corrente de pensamento, foram logo entrando em descrédito. Nesse momento da historiografia ocidental, percebemos a grande influência das ideias de Chartier. As práticas e as representações começaram a fazer parte das reflexões dos pesquisadores brasileiros, sobretudo no que diz respeito às práticas de leitura e escrita, consideradas pelo autor como criadoras e inventivas.

Obras como *A História Cultural: entre práticas e representações*, publicada pela DIFEL e Bertrand do Brasil, em 1990, com tradução de Maria Manuela Galharda, e “As práticas da escrita”,

capítulo publicado no terceiro volume do livro organizado por Philippe Aries e Georges Duby intitulado *História da vida privada*, editado no Brasil pela Companhia das Letras, em 1991, são exemplos de livros que passaram a ser divulgados no Brasil e que tiveram ampla aceitação.

Bittencourt, sensível a essas mudanças historiográficas, traz, em sua tese de doutorado, reflexões sobre as formas de utilização dos livros didáticos, compreendendo que cada leitor se apropria do texto lido à sua maneira. Apesar disso, não abandona a questão da ideologia nos manuais escolares; pelo contrário, reforça essa categoria de análise, sem, contudo, incorrer nas formas de abordagem da historiografia precedente.

Bittencourt apresenta como proposta de seu texto analisar os manuais didáticos de forma ampla. Além da vastidão de seu recorte temporal, que corresponde aos anos de 1810 a 1910, suas análises abarcam desde a vinculação dos livros escolares no que se refere ao poder instituído, no qual a ingerência do Estado - seja ele imperial ou republicano - se fez sentir, até a própria forma de utilização deste livro por alunos e professores.

A autora inicia sua obra nos advertindo acerca da complexa natureza dos livros escolares e, portanto, das múltiplas formas possíveis de abordagens que com este objeto cultural se possam realizar. Assim sendo, o livro didático pode ser caracterizado como produto mercadológico, uma vez que está inscrito em uma lógica mercantil de produção e circulação, obedecendo, deste modo, às técnicas de fabricação e comercialização inerentes ao processo de mercantilização.

Outra possibilidade de análise é aquela que assenta o manual didático como depositário de conteúdos escolares, ou seja, como um privilegiado suporte sistematizador de conteúdos elencados pelas propostas curriculares. Some-se também a esta a possibilidade de o material escolar ser analisado como um instrumento pedagógico, uma vez que produz técnicas de aprendizagem como exercícios, questionários, leituras complementares e sugestões de trabalho em equipe e individuais. Ainda assim, pode-se examinar o livro didático por meio de análises que o privilegiam como sendo um veículo portador de sistemas de valores e ideologias, carregadas das concepções, das ideias, dos conceitos e dos preconceitos da época em que foi escrito.

Como se pode perceber nesta obra, o livro didático possui várias facetas, e é entendido, portanto, como um objeto cultural, cujas possibilidades são plurais. O livro escolar é produzido por grupos sociais que, intencionalmente ou não, perpassam sua forma de pensar e agir e, conseqüentemente, suas identidades culturais e tradições. É preciso percebê-lo em uma “complexa teia de relações e de representações”, em que se misturam interesses públicos e privados. Dessa maneira, o “material didático aparentemente simples de se identificar” se torna de “difícil definição” (p. 14).

Em sua pesquisa, Bittencourt enfatiza algumas das dificuldades da pesquisa sobre os livros escolares, e disserta acerca da sua efemeridade, destacando “sua característica de produto a ser consumido em tempo breve, de acordo com os ritmos das reformas curriculares”. Tal fato, segundo a autora, cria um paradoxo, qual seja: “possui uma grande

tiragem de exemplares, mas estes são pouco preservados, sendo raramente encontrados em locais adequados, e na maior parte das vezes estão em péssimo estado de conservação” (p. 18).

A autora, além de nos informar sobre a questão da efemeridade do livro didático, ainda adiciona mais uma problemática ao pesquisador que queira se debruçar a tal estudo, qual seja: a falta de preservação e conservação dos livros escolares. Sobre isso, continua a afirmar: “Trata-se de um material disperso, e vários desafios devem ser enfrentados, tanto para conseguir localizá-lo como para ter acesso a ele”. E acrescenta: “Sendo uma espécie de produção marginal, o livro escolar não foi e nem tem sido depositado em bibliotecas públicas [brasileiras] de forma sistemática” (p. 18).

A obra *Livro didático e saber escolar (1810-1910)* se insere no âmbito da história das disciplinas escolares no Brasil, amplamente influenciado pelas reflexões de André Chervel, cujo texto mais conhecido no Brasil é “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”, publicado em 1990 e 1991 pela *Revista Teoria e Educação*, de Porto Alegre. Bittencourt entende a escola como um espaço contraditório, um lugar de produção e não de reprodução de conhecimentos, defendendo, portanto, as especificidades das disciplinas escolares. Nessa perspectiva, a autora intenciona aprofundar, ainda, as leituras de Ivor Goodson e Michel Apple, a saber, as obras *School subjects and curriculum change*, publicada pela editora Croom Helm (Londres) em 1983, e *Educação e poder*, publicada pela Editora Artes Médicas (Porto Alegre) em 1989, respectivamente.

O livro é dividido em três partes, cada uma delas com dois capítulos. Na primeira parte, “Literatura escolar e Estado”, discute-se acerca do papel do Estado no que concerne a vigilância e o controle da produção didática e suas relações com as editoras.

O capítulo primeiro, intitulado “Livro didático e construção do saber escolar”, trata da vinculação existente entre os manuais escolares e os poderes instituídos, ou seja, trata da interferência de agentes externos – Estado ou instituições a ele relacionadas – na elaboração dos textos escolares. Bittencourt assenta o livro didático “como parte integrante de um sistema de ensino institucionalizado” (p. 23). O livro escolar torna-se instrumento de controle estatal sobre o ensino, pois os conteúdos que devem fazer parte do repertório escolar estão explícitos nas páginas dos livros didáticos.

Nesse mesmo capítulo, a autora inicia uma interessante discussão acerca das concepções e projetos de redação do livro didático. Destaca dois momentos principais, quais sejam: a influência e o modelo estrangeiros – sobretudo franceses – na elaboração dos manuais didáticos, e a posterior crítica a esse modelo e consequente elaboração de propostas – debatidas inclusive por deputados e senadores – de nacionalização da literatura didática.

Outro fator de precípua importância, sagazmente discutido por Bittencourt, é a relação conflituosa entre Estado e Igreja no que concerne ao sistema escolar. Assim, “as propostas de ‘nacionalização’ da obra didática representavam o grupo de educadores favoráveis ao domínio do Estado na escola pública, em detrimento do poder da Igreja”. Tal

fato evidenciava os “conflitos de setores em luta pelo poder no nível central ou para obter o controle político nas esferas regionais” (p. 26).

Bittencourt se preocupa não só com a produção dos livros escolares voltados para o ensino secundário – e as imbricações políticas a ela relacionada –, mas também com as produções didáticas concernentes ao ensino primário e aos livros de leitura, realizando importantes conclusões referentes a esses dois níveis de ensino.

“Estado e editoras: confecção e difusão da produção didática” é o título do segundo capítulo da obra de Bittencourt. Neste, ela trata do mundo editorial e suas relações com os poderes políticos instituídos, destacando o seguinte paradoxo: a preocupação do Estado imperial – e posteriormente o republicano – em, por meio dos manuais escolares, inculcar normas e procedimentos, tendo como tônica a supervalorização do sentimento de patriotismo, e sua contraditória política de concessão da produção desse material didático – que poderíamos considerar como estratégico na invenção de uma identidade nacional única e coesa – a empresários.

A inserção de empresários particulares na produção de manuais didáticos os envolvia em uma complexa rede de relações sociais, em que o público e o privado muitas vezes se confundiam. Tendo isso em vista, o livro didático passou a ser abordado como uma mercadoria, “como objeto da indústria cultural ligada a interesses econômicos particulares, que aperfeiçoaram técnicas de fabricação, difusão e comercialização” (p. 19).

Bittencourt historia as três principais editoras brasileiras – Garnier, Laemmert e Francisco Alves – e suas relações entre si e com o poder instituído. As editoras em questão passaram a realizar uma política de aproximação com poder institucional: “Os editores desenvolveram uma eficiente política de aproximação com o poder. Dentre as posturas estabelecidas pelos editores para criar vínculos com o governo, percebe-se que evitavam posicionamento político-partidário”. Além disso, “tentavam obter títulos honoríficos, prática usual do Império para incentivar uma espécie de mecenas para obras assistenciais e educacionais, especialmente” (p. 73).

Na segunda parte da obra, intitulada “Livro didático e disciplina escolar”, a autora percorre os caminhos, muitas vezes bastante conflituosos, da constituição da História como disciplina escolar. No terceiro capítulo, “Livros didáticos e ensino: da História Sagrada à História Profana”, a autora enfatiza os embates políticos entre a Igreja Católica e o Estado no que concerne ao currículo da História como disciplina escolar. Esse conflito entre a história sagrada e a história profana se deu em torno do domínio do saber a ser ensinado, ressaltando a posição estratégica que o ensino de História exercia, tanto para a Igreja Católica quanto para o Estado, orientando comportamentos e sentimentos, fossem eles religiosos ou cívicos.

História religiosa, história laica, história universal, história pátria, currículo humanístico, currículo científico e as diversas contradições e conflitos gerados por estes nos diversos programas curriculares, que se sucederam durante o período estudado, são algumas das principais questões discuti-

das pela professora Bittencourt neste terceiro capítulo.

O quarto capítulo traz discussões referentes à “História do Brasil nos livros didáticos”, que inclui o estudo dos principais autores e editoras de manuais escolares do período. Bittencourt destaca três etapas da produção da literatura didática da História do Brasil no século XIX e início do século XX. A primeira é estabelecida entre 1830 e 1840, período das instabilidades políticas do período regencial. O segundo momento de produção corresponde à oficialização da disciplina História nos currículos escolares das escolas primárias e secundárias, sobretudo a partir de 1850. O terceiro momento se dá na década de 80 do século XIX, e conforme a autora é “composto segundo os pressupostos de uma história científica, correspondendo à fase de propaganda e, depois, instauração do regime republicano” (p. 136).

É dada ênfase ao lugar social de onde falam os escritores de manuais escolares, em sua maioria pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou ao Colégio Pedro II. Podemos apreender do texto da professora Bittencourt que, além de tentar angariar a confiança dos futuros usuários dos livros, os editores, ao escolherem nomes consagrados da intelectualidade brasileira, tinham a intenção de não ter suas obras vetadas pelos conselhos educacionais, tendo em vista também que esses mesmos autores possuíam estreitas relações com os poderes públicos responsáveis pela política educacional.

“Usos do livro didático” é a terceira e última parte da obra. Como o título já diz, a autora aborda questões que dizem respeito às formas de utilização dos

manuais escolares por alunos e professores, considerando-os como agentes que participam ativamente e efetivamente do processo educacional, e não apenas o reproduzem. O quinto capítulo, sob o título “Livros didáticos e professores”, reconhece no docente a alma do livro. Os próprios autores desses manuais, segundo a autora, “estavam cientes do poder da oralidade e da intervenção do professor”. Bittencourt destaca que esses autores “procuraram estabelecer certa cumplicidade dos professores na divulgação e aperfeiçoamento do seu trabalho, embora exprimissem que falavam de um lugar superior à maioria do corpo docente”. Isso porque “possuíam a autoridade dos colégios oficiais de maior reputação, conheciam obras estrangeiras, e estas eram citadas quase sempre para legitimar suas opções metodológicas e para distinguir sua prática dos demais professores” (p. 183).

Em contrapartida, apesar de pôr em relevo a atuação do professor na concretização do processo de ensino-aprendizagem e, portanto, como peça fundamental na utilização dos livros escolares em sala de aula, a autora trata da “dependência do professor diante de um material de ensino que, em princípio, direcionava e condicionava o conhecimento de cada disciplina escolar” (p. 167). A partir de então, a autora disserta a respeito da formação dos professores, “entendendo-a como forma de suprir as deficiências iniciais e de

acordo com uma concepção de formação continuada do profissional em educação” (p. 173).

O sexto e último capítulo, denominado “Livros didáticos na sala de aula”, parte do pressuposto defendido por Roger Chartier de que cada leitor se apropria do texto lido a sua maneira, de acordo com suas expectativas, experiências e repertório teórico - mesmo tendo em vista que os autores dos principais manuais escolares escreveram utilizando-se do método catequético, por meio de perguntas e respostas. “Proposto, em geral, para cimentar a uniformidade de pensamento, divulgar determinadas crenças, inculcar normas, regras de procedimento e valores, o livro pode também criar as diferenças porque a leitura que se faz nele ou dele nunca é única”. De tal modo, “a leitura de um livro é ato contraditório, e estudar seu uso é fundamental para o historiador compreender a dimensão desse objeto cultural” (p. 15).

Concluída a leitura da obra, concordamos com Chopin quando diz que este é “um dos raros trabalhos de síntese jamais realizados no mundo sobre a história do livro escolar e, com certeza, um dos mais completos e bem-sucedidos” (“Prefácio”, p. 10). Uma contribuição inestimável à história das disciplinas escolares no Brasil. Um livro indispensável ao pesquisador que se debruça sobre o estudo dos manuais e saberes escolares.



André Mendes Salles

Mestrando em História
Universidade Federal da Paraíba